

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2011
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações a respeito do andamento das ações do Programa Nacional de Banda Larga.

Senhor Presidente:

Requeremos a V. Exa., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro das Comunicações a respeito do andamento das ações do Programa Nacional de Banda Larga.

JUSTIFICAÇÃO

Em outubro de 2011, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados instalou Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Como desdobramento dos trabalhos da Subcomissão, em dezembro deste ano foram realizadas duas audiências

públicas na CCTCI com o objetivo de trazer ao conhecimento da sociedade brasileira o andamento das principais ações do programa e as perspectivas de realizações futuras do PNBL na visão de agentes públicos, instituições privadas e representantes da sociedade civil afetos ao tema.

Não obstante a inestimável riqueza de detalhes das informações prestadas pelos gestores públicos responsáveis pela condução do programa, o exame dos questionamentos suscitados durante as audiências revela que ainda pairam preocupações em relação à matéria. Por esse motivo, na condição de relator da Subcomissão, selecionamos as principais dúvidas manifestadas por parlamentares e representantes da sociedade civil e da iniciativa privada. Nosso objetivo era reunir, em um único requerimento de informações, os principais questionamentos levantados sobre o andamento do programa, encaminhá-los ao Poder Executivo e, de posse das respostas recebidas, trabalhar na definição das linhas de atuação da Subcomissão em 2012.

Em cumprimento a essa estratégia, as contribuições colhidas durante as audiências foram analisadas e organizadas de acordo com a temática tratada. A seguir, listamos os assuntos que foram objeto de questionamento pelos membros da Comissão e expositores dos debates, e a respeito dos quais solicitamos informações ao Poder Executivo:

Governança do PNBL:

1. O Poder Executivo dispõe de indicadores para avaliar as ações do PNBL? Se sim, quais são? Qual é a evolução desses indicadores?
2. Existe previsão de implementação de um canal institucional de transparência para o PNBL, onde o cidadão possa, a qualquer tempo, consultar o andamento das ações do Programa e o cronograma para sua implantação?

Telebrás:

3. De acordo com o planejamento estabelecido em 2010, quantas e quais localidades deveriam ter sido atendidas com infraestrutura de *backhaul* pela Telebrás em 2011?

Quantas e quais foram efetivamente atendidas? Qual é o planejamento para 2012? Em quais regiões a Telebrás pretende instalar redes próprias para oferta de capacidade no atacado? Do orçamento previsto para a Telebrás para 2011, quanto foi efetivamente liberado pelo Tesouro para desembolso pela empresa?

4. Considerando que um dos objetivos da reativação da Telebrás era realizar o atendimento das redes corporativas do governo federal, como está o andamento dessa meta?

Infraestrutura:

5. Quais serão as metas de cobertura de banda larga a serem cumpridas pelas vencedoras dos certames licitatórios para outorga do direito de uso das faixas de frequência de 450 MHz, 2,5 GHz e 3,5 GHz?
6. Quando será estabelecida a obrigatoriedade da implantação de dutos para redes de telecomunicações na construção de rodovias e ferrovias federais?
7. A meta estabelecida no PPA 2012-2015 de 40 milhões de domicílios com banda larga admite a inclusão de acessos via linha discada? Se sim, em que percentual?

Regulação:

8. Qual é a previsão de prazo para aprovação do Plano Geral de Metas de Competição – PGM C – e da revisão do Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada – EILD? O PGM C estabelecerá a obrigatoriedade da ampliação do número de pontos de troca de tráfego?
9. Quais são as medidas regulatórias já adotadas e as que se encontram em estudo para aumentar a densidade de acessos e reduzir o preço dos serviços de banda larga na região Norte, em áreas rurais e em pequenas localidades?

10. Há perspectiva de revisão da Norma MC 04/95 no sentido de alterar a natureza da atividade de provimento de acesso à Internet de serviço de valor adicionado – SVA – para modalidade de serviço de telecomunicações? Se sim, já foi realizado estudo para avaliar o impacto da medida sobre o mercado de provimento de Internet?
11. No que tange às contrapartidas vinculadas ao Plano Geral de Metas de Universalização III, quais são os compromissos assumidos pelas concessionárias de telefonia fixa que possuem impacto sobre o PNBL? Como está o andamento dessas ações? Qual é o cronograma da implantação da oferta do serviço de banda larga de 1 Mbps a R\$ 35,00 pelas concessionárias? O cronograma está sendo cumprido? Como está sendo feita a publicidade desse serviço? Está havendo fiscalização do Poder Executivo sobre a eventual venda casada do serviço com outros serviços de telecomunicações? Há previsão de ampliação da velocidade de 1 Mbps? Está em estudo pela Anatel a conversão de multas aplicadas às operadoras de telecomunicações em investimentos em infraestrutura?
12. Segundo a pesquisa TIC Provedores 2011, 30% das escolas públicas urbanas ainda não têm acesso à Internet, estatística que diverge dos números apresentados pela Anatel. Como se explica essa divergência?
13. Está em estudo pelo Poder Executivo a transformação do regime jurídico do serviço de banda larga para regime público?

Financiamento/questões tributárias:

14. O convênio Confaz nº 38/09 admite a isenção de ICMS para o serviço de banda larga prestado no âmbito do Programa Internet Popular. O Governo Federal está negociando com os Estados e o Distrito Federal a

instituição de instrumentos adicionais de desoneração tributária sobre a prestação de serviços de telecomunicações? Se sim, quais são as medidas em estudo?

15. Há previsão do estabelecimento de incentivos fiscais para as pequenas e médias prestadoras de serviços de banda larga?
16. Há previsão da criação de linhas de crédito governamentais específicas para projetos de cidades digitais? E para projetos de desenvolvimento de aplicativos para computadores, celulares e outros dispositivos digitais? Se sim, qual é o montante destinado para esses projetos em 2012?
17. Qual é o montante de recursos do BNDES destinado para financiamento das linhas de inovação tecnológica e bens de capital no âmbito do PNBL? Está havendo desembolso efetivo de recursos para essa finalidade?
18. Há perspectiva de desembolso dos recursos dos fundos setoriais na esfera do PNBL em 2012? Se sim, qual será o montante destinado ao PNBL? O Poder Executivo estabelecerá política específica para impedir o contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais relacionados ao PNBL?
19. Qual é o resultado prático das medidas de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação em telecomunicações estabelecidas pela Lei nº 14.431, de 2011, oriunda da Medida Provisória nº 517, de 2010, bem como pela Lei nº 12.349, de 2010, oriunda da Medida Provisória nº 495, de 2010?

As informações solicitadas serão fundamentais para que os parlamentares deste colegiado firmem pleno entendimento sobre o atual estágio de evolução do PNBL e, a partir daí, apresentem propostas que contribuam para o aperfeiçoamento do programa, em consonância com os objetivos que nortearam a instalação da Subcomissão.

Considerando, pois, que o atendimento ao pleito apresentado será imprescindível para o sucesso dos trabalhos da Subcomissão em 2012, entendemos ser de grande valia receber as informações solicitadas.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado BRUNO ARAÚJO
Presidente